

AJUSTE DIRETO PARA A:

**"AQUISIÇÃO DE 65 CADEIRAS ERGONÓMICAS PARA VÁRIOS POSTOS DE
TRABALHO FIXO"**

I - CONVITE

NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 20 DO DECRETO-LEI N.º 18/2008 DE 29 DE JANEIRO, ALTERADO E
REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 111-B/2017 DE 31 DE AGOSTO

2025

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
2. ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE.....	3
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	3
4. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS.....	3
5. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS.....	3
6. PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
7. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA.....	4
8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO	5
9. ENTREGA DAS PROPOSTAS	5
10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	5
11. CRITÉRIO DE APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS PARA ADJUDICAÇÃO	5
12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
13. CAUÇÃO.....	6
14. DIREITO DE RESCISÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6

CONVITE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente Ajuste Direto tem por objeto a **"Aquisição de 65 Cadeiras Ergonómicas para Vários Postos de Trabalho Fixo"** em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos, com o preço base de **19.976,44€** (dezanove mil, novecentos e setenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos), realizada nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º do CCP.

2. ENTIDADE PUBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Município de Portimão, sita na Praça 1º de Maio, 8500 – 543 Portimão, com o telefone n.º 282 470 700 e-mail geral@cm-portimao.pt.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra Pereira, datado de 09/12/2024, nos termos da competência que lhe está atribuída, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, Álvaro Bila, de 07/08/2024.

4. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência da Divisão de Compras e poderão ser obtidos através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

5. LOCAL DE ENTREGA DOS BENS

Os bens deverão ser entregues no DOGEP – Departamento de Obras e Gestão de Equipamentos Públicos, R. Coca Maravilhas, 8500 Portimão

6. PEÇAS DO PROCEDIMENTO

O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adquirente constante da página da internet (www.acingov.pt) e em caso de dúvidas podem os interessados recorrer aos serviços técnicos da AcinGov, prestadora do serviço da referida plataforma.

7. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

7.1 Os documentos que instruem a proposta serão de apresentação obrigatória.

7.2 A proposta será instruída com os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** ao código de contratação pública, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado;

Quando se trate de um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea anterior deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

- b) Elementos relativos aos aspetos submetidos à concorrência (explicitação dos atributos respeitantes aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência):

- Declaração com o valor total, com exclusão do I.V.A;
- Declaração com o preço total da cadeira com as opções descritas, incluindo o apoio de cabeça;
- Lista de preços unitários, de acordo com o mapa disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública;
- Declaração do valor do apoio de cabeça;

- c) Elementos não submetidos à concorrência:

- Fichas técnicas dos modelos propostos, redigidos em português;

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua Portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, e, com declaração por parte do concorrente de que aceita a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

A acompanhar os documentos da proposta deve ser entregue cópia da **Certidão Permanente** emitida pelo Registo Comercial em vigor, ou código válido de acesso à mesma.

8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de variantes ao projeto ou a parte dele.

9. ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 9.1 A proposta deverá ser apresentada até às **17H 00M**, do dia **08 de janeiro de 2025**, através da Plataforma Eletrónica www.acingov.pt.
- 9.2 A pedido fundamentado dos interessados, o prazo fixado no artigo 9.1. para a apresentação das propostas pode ser prorrogado.

10. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. CRITÉRIO DE APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS PARA ADJUDICAÇÃO

- 11.1 As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
- 11.2 A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na seguinte modalidade:
- Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 12.1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias, a contar da notificação de adjudicação:
- a) Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo II ao código de contratação pública.
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e), e h) do art.º 55 do Código dos Contratos Públicos;

- c) Quando aplicável, documento comprovativo de que se encontra registado no **RCBE - Registo Central do Beneficiário Efetivo**, ou código válido de acesso ao mesmo.

13. CAUÇÃO

Nos termos do n.º 2 do artigo 88º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111B/2017 de 31 de agosto, não é exigível ao adjudicatário a apresentação de caução.

14. DIREITO DE RESCISÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL

- a) Se as Cláusulas previstas no Caderno de Encargos não forem integralmente cumpridas a Câmara Municipal de Portimão reserva-se o direito de rescisão do contrato;
- b) Caso a Câmara Municipal de Portimão pretenda exercer o direito de rescisão, será o adjudicatário notificado da intenção do seu exercício, dando-lhe um prazo mínimo de cinco dias úteis para contestar as razões apresentadas.

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente Convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.